



Autoridade Nacional da Aviação Civil
Portuguese Civil Aviation Authority

“Security nos aeródromos”

Para uma melhor segurança operacional da aviação geral

09 de novembro de 2018

“Security nos aeródromos”

OBJETIVO:

Enquadramento legal das medidas de Security nos aeródromos



Autoridade Nacional da Aviação Civil
Portuguese Civil Aviation Authority

“Security nos aeródromos”

Quadro

legal

- Decreto-lei nº 186/2007, de 10 de maio, alterado e republicado pelo Decreto-lei nº 55/2010, de 31 de maio;
- Programa Nacional de Segurança da Aviação Civil (PNSAC);
- Regulamento (CE) nº 300/2008, de 11 de março, alterado pelo Regulamento (EU) nº 18/2010, de 8 de janeiro; e
- Regulamento (UE) nº 2015/1998, de 5 de novembro.

“Security nos aeródromos”

- Decreto-lei nº 186/2007, de 10 de maio, alterado e republicado pelo Decreto-lei nº 55/2010, de 31 de maio
 - Obrigatoriedade da aplicação das Normas de Base Comuns sobre a segurança da aviação civil aos aeródromos de classe II, III e IV (artigo 15º, nº 3; artigo 16º, nº 3; artigo 17º, nº 3)

Quadro

legal

“*Security nos aeródromos*”

- PNSAC – Deliberação do Conselho de Ministros 248-DB/2003, de 23 de dezembro, alterada pela Deliberação do Conselho de Ministros 343/2014, de 14 de agosto

- «1.5. *O PNSAC é aplicável a toda a atividade da aviação civil nos aeródromos nacionais que estejam devidamente autorizados pelo INAC a processar tráfego.*

- *1.6. As normas e procedimentos fixados no PNSAC têm carácter obrigatório, tanto nas situações de rotina como nas situações de alerta.»*

Quadro

legal

“*Security nos aeródromos*”

- Regulamento (CE) n° 300/2008, de 11 de março, alterado pelo Regulamento (EU) n° 18/2010, de 8 de janeiro
- Objetivo: Artigo 1º
 - *Estabelecer regras comuns para a proteção da aviação civil contra atos de interferência ilícita que ponham em causa a segurança da aviação civil.*
 - *Estabelecer a base para uma interpretação comum do anexo 17 da Convenção de Chicago sobre a Aviação Civil Internacional.*

Quadro

legal



Autoridade Nacional da Aviação Civil
Portuguese Civil Aviation Authority

“Security nos aeródromos”

- Regulamento (CE) nº 300/2008, de 11 de março, alterado pelo Regulamento (EU) nº 18/2010, de 8 de janeiro
- Âmbito de aplicação: Artigo 2º
 - Aplica-se a todos os aeroportos ou partes de aeroportos situados no território dos Estados-Membros, que não sejam exclusivamente utilizados para fins militares.

Quadro

legal

“Security nos aeródromos”

➤ Como corolário...

- O PNSAC aplica-se a todos os aeródromos nacionais que processem atividades de aviação civil;
- As Normas de Base Comuns aplicam-se a todos os aeródromos/aeroportos que não processem exclusivamente voos militares, independentemente da classe do aeródromo.

Quadro

legal

“Security nos aeródromos”

Quadro

legal

§6.2. (Review of the implementation of regulatory framework):

«As regards the application of Article 4 (4) of Regulation (EC) n° 300/2008, Portugal has informed the Commission of alternative security measures to derogate from common basic standards at 18 “small airports”. However, verifications showed that a number of Class I airports with an ICAO identification code existed in Portugal that were not included in the list of Portuguese airports that apply Regulation (EC) N° 300/2008. For these airports no alternative national security measures were adopted and notified to the Commission. This is classified as “not compliant”.»

Extrato do Relatório de Inspeção EC (março de 2015)

“Security nos aeródromos”

Quadro

legal

- As Normas de base Comuns e o PNSAC preveem a aplicação de medidas de segurança, nomeadamente, nos seguintes domínios:
 - Proteção do lado ar;
 - Controlo de acessos de pessoas e veículos;
 - Rastreio de pessoas e bens, provisões de bordo e aeroporto;
 - Formação;
 - Equipamentos de segurança;
 - Carga e correio (...)

“Security nos aeródromos”

Quadro

legal

- Regulamento (EU) nº 1254/2009, de 18 de dezembro, alterado pelo Regulamento (UE) 2016/2096 da Comissão de 30 de novembro de 2016: Estabelece os critérios de derrogação das normas de base comuns:

“*Security nos aeródromos*”

Quadro

legal

- *Os Estados-Membros podem derrogar às normas de base comuns previstas no artigo 4º , n. 1, do Regulamento (CE) nº 300/2008 e adotar medidas de segurança alternativas que proporcionem um nível adequado de proteção com base numa avaliação do risco aprovada pelas autoridades competentes nos aeroportos ou nas zonas demarcadas dos aeroportos em que o tráfego se limita a uma ou mais das seguintes categorias:*

“Security nos aeródromos”

Quadro

legal

- aeronaves com uma massa máxima à descolagem inferior a 15 000 kg;
- helicópteros;
- voos estatais, militares e de policiamento;
- voos de combate a incêndios;
- voos dos serviços médicos, dos serviços de emergência ou de socorro;
- voos de investigação e desenvolvimento;
- voos para trabalho aéreo;

“Security nos aeródromos”

Quadro

legal

- voos de ajuda humanitária;
- voos operados por transportadoras aéreas, construtores de aeronaves ou empresas de manutenção que não transportem passageiros e bagagem nem carga e correio;
- voos com aeronaves cuja massa máxima à decolagem é inferior a 45 500 kg, detidos por uma companhia destinada ao transporte de pessoal próprio e de passageiros sem título de transporte pago e de carga, realizados no exercício das atividades das empresas;

“Security nos aeródromos”

Quadro

legal

- voos com aeronaves cuja massa máxima à decolagem é inferior a 45 500 kg, fretados ou objeto de locação na sua totalidade por uma companhia de um operador de aeronaves com a qual tenha um acordo escrito relativo ao transporte de pessoal próprio e de passageiros sem título de transporte pago e de carga, realizados no exercício das atividades das empresas;
- voos com aeronaves cuja massa máxima à decolagem é inferior a 45 500 kg, destinados ao transporte do proprietário da aeronave e de passageiros sem título de transporte pago e de mercadorias.

“Security nos aeródromos”

Quadro

legal

➤ **Notas:**

- **Voos limitados a uma ou mais das categorias previstas;**
- **Exigência da aplicação de medidas de segurança alternativas;**
- **A derrogação é uma mera possibilidade. O preenchimento de um ou mais critérios não implica, necessariamente, a concessão da derrogação.**

“Security nos aeródromos”

➤ Derrogações em vigor:

- Derrogação das Normas de Base Comuns em alguns aeródromos que processam tráfego comercial regular (OSP), em aeronaves com MTOW inferior a 15000kg; e
- Derrogação das Normas de Base Comuns nos restantes aeródromos;

Quadro

legal

“Security nos aeródromos”

Quadro

legal

➤ Derrogação das Normas de Base Comuns nos restantes aeródromos

- Medidas alternativas:

- Nomeação de um Diretor de Aeródromo, habilitado com formação em Security prevista no nível 13 do Programa Nacional de Formação em Segurança da Aviação Civil;
- Proteção do lado ar do aeródromo, de acordo com o previsto no PNSAC e nas Normas de Base Comuns;
- Controlo de acessos de pessoas e viaturas ao lado ar, de acordo com o previsto no PNSAC e nas Normas de Base Comuns.

“Security nos aeródromos”

Quadro

legal

«(...) um homem fretou uma avioneta no Aeródromo de Évora e embarcou com um saco de viagem contendo uma carabina e um revólver - ameaçou os tripulantes e obrigou dois deles a saltar em pleno voo e suicidou-se com um tiro na cabeça ao aterrar no Aeródromo de Tires, em Cascais - também poderia levar um engenho explosivo e lançá-lo durante o voo sobre o Palácio de Belém ou qualquer outro alvo, admite o mesmo responsável.»

Fevereiro de 2010

“Security nos aeródromos”

Quadro

legal

FIM

GRATO PELA ATENÇÃO

